

Presidência da República

ACTIVIDADE LEGISLATIVA DO IV GOVERNO

I - INTRODUÇÃO -

O IV Governo Constitucional reuniu-se pela 1a. vez em Conselho de Ministros em 29 de Novembro de 1978, tendo discutido nessa reunião o Programa do Governo a apresentar à Assembleia da República.

Iniciou o Governo a sua actividade legislativa em 5 de Dezembro de 1978, mesmo antes da aprovação do programa no Parlamento, tendo fixado a sua estrutura orgânica pelo Decreto-Lei nº 448/78, de 30 de Dezembro.

Fundação Cuidar o Futuro

Procuraremos, no presente trabalho, resumir as principais medidas de natureza legislativa e administrativa que foram aprovadas nas grandes áreas da accão governativa, com citacão dos respectivos diplomas legais. Tais áreas correspondem aos departamentos ministeriais em que se estruturou o IV Governo.

Convirá referir, por último, que o Primeiro-Ministro delegou em 30.11.78 no Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos e Integração Europeia competência para: a) presidir aos Conselhos de Ministros para os Assuntos Económicos; b) assegurar a coordenação interministerial nas áreas de competência dos seguintes Ministérios: Finanças e do Plano, Agricultura e Pescas, Indústria e Tecnologia, Comércio e Turismo e Transportes e Comunicações; c) e ainda a competência conferida ao Primeiro-Ministro pelo D.L. nº 306/77, de 3 de Agosto, relativamente à Comissão para a Integração Europeia.



II - RESUMO DAS PRINCIPAIS MEDIDAS LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS POR ÁREAS GOVERNATIVAS.

Fundação Cuidar o Futuro



Presidência da República

1 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- Declara a ilegitimidade da intromissão, ainda que a título meramente consultivo, de grupos ou comissões de funcionários ou agentes do Estado na gestão dos organismos e na realização dos seus fins (Resolução nº 10/79, de 15 de Janeiro).
- Sujeita a uma comissão de fiscalização comum os grupos da companhias de seguros nacionalizados (Res. nº 49/79, de 19 de Fevereiro).

Fundação Cuidar o Futuro

- Nomeação de um superintendente para a coordenação das acções a empreender nas áreas afectadas pelos temporais de Fevereiro (Res. nº 58/79, de 21 de Fevereiro; Desp. Norm. nº 44-A/79, de 24 de Fevereiro).
- Concessão aos particulares e empresas afectadas pelos últimos temporais a possibilidade, mediante determinadas condições, de recorrerem ao crédito para relançamento das suas actividades produtivas (Resolução nº 55/79, de 21 de Fevereiro).
- Criação da Comissão de Coordenação das Acções de Reparação dos Prejuízos Ocasionados pelos Temporais (D.L. nº 31-A/79, de 26 de Fevereiro).



- Fixação de normas com vista à supressão das carências existentes na frota mercante nacional (Resolução nº 70/79, de 14 de Março).
- Constitui, no âmbito do Gabinete do Primeiro-Ministro e na sua directa dependência, uma Assessoria Especializada para o Combate à Fraude e à Corrupção nos sectores públicos, administrativo e empresarial (Resolução nº 78/79, de 20 de Março).
- Estabelece um esquema de análise e aprovação dos programas anuais de investimento das empresas públicas (Resolução nº 81/79, de 22 de Março).
Fundação Cuidar o Futuro

- Aprova o Regulamento das Bolsas de Estudo de Longa Duração no Estrangeiro (Portaria nº 128/79, de 22 de Março).
- Cria a Comissão de Racionalização de Efectivos da Administração Pública (Resolução nº 86/79, de 28 de Março).
- Altera os limites máximos anuais de dispêndio de meios de pagamento com deslocações ao estrangeiro (Despacho Normativo nº 59/79, de 2 de Abril).



- Autoriza a abertura de concurso para venda de parte ou totalidade do património da Ex- Sociedade Nacional de Tipografia, S.A.R.L. (Res. nº 90/79, de 3 de Abril).
- Cria um orgão de apoio financeiro às empresas públicas (Res. nº 96/79, de 4 de Abril).
- Estabelece a constituição do "cabaz de compras" para 1979 (Res. nº 98/79, de 11 de Abril).

Fundação Cuidar o Futuro

- Cria uma equipa de trabalho interministerial para estudar e propor medidas que facilitem a utilização dos transportes públicos pelos pensionistas (Res. nº 114/79, de 24 de Abril).
- Fixa as normas relativas à atribuição de subsídios aos grupos de teatro independente para o ano de 1979 (Despacho Normativo nº 87/79, de 24 de Abril).



- Determina^a cessação da intervenção do Estado, com restituição aos respectivos titulares, nas empresas do grupo J. Pimenta, S.A.R.L. (Res. nº 113-A/79, de 4 de Maio).
- Estabelece, a título provisório, novo regime de horário na função pública, (Resolução nº 142/79, de 11 de Maio).
- Considera liberto de quaisquer restrições o acesso a cofres de aluguer por parte dos respectivos locatários (Resolução nº 152/79, de 17 de Maio).

Fundação Cuidar o Futuro

- Cria um grupo de trabalho em seguimento da Resolução nº 96/79, de 4 de Abril, que cria um orgão de apoio financeiro às empresas públicas (D.N. nº 111/79, de 25 de Maio).
- Criação, na dependência do Primeiro-Ministro, do Instituto Nacional de Administração (INA) - D.L. nº 160/79, de 30 de Maio.



- Permite a admissão de Portugal como membro extra-regional do Banco Inter americano de Desenvolvimento (Resolução nº 170/79).
- Determina a cessação da intervenção do Estado nas empresas do grupo Habitat (Resolução nº 175/79).
- Cria o Conselho de Ministros para a Integração Europeia e procede à revisão do D.L. nº 306/77, de 3 de Agosto (D.L. nº 185/79, de 20 de Junho).

Fundação Cuidar o Futuro

- Determina que sejam descongeladas as admissões de pessoal para diversas categorias (D.N. nº 137/79, de 21 de Junho).
- Reestruturação das carreiras e correcção das anomalias (D.L. nº 191-C/79, de 25 de Junho).
- Estabelece o regime jurídico e condições de exercício das funções de direcção e chefia (D.L. nº 191-F/79, de 26 de Junho).



- Fixa as normas relativas às Comemorações do IV Centenário da Morte de Luís de Camões (Res. nº 194/79, de 5 de Julho).
- Designa os elementos da assessoria especializada para o combate à fraude e à corrupção (D.N. nº 154/79, de 5 de Julho).

Fundação Cuidar o Futuro



Presidência da República

2 - DEFESA NACIONAL -

- Cria o Centro Operacional de Emergência de Protecção Civil (D.L. nº 63/79, de 30 de Março).

Fundação Cuidar o Futuro



Presidência da República

3 - FINANÇAS E PLANO -

- Fixa a atribuição de gratificações de chefia a diversos cargos dirigentes da Administração (D.L. nº 3/79, de 11 de Janeiro).
- Facilita o pagamento em quatro prestações de contribuições e impostos liquidados com atraso (D.L. nº 18/79, de 9 de Fevereiro).
- Criação de uma Comissão interministerial com a finalidade de analisar o estado de preparação do projecto DFC II, destinado a apoiar o desenvolvimento industrial, e define os seus objectivos (Despacho Normativo nº 39/79, de 20 de Fevereiro).
- Normas relativas à aquisição, pelo Estado, do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo sobre imóveis (D.L. nº 27/79, de 22 de Fevereiro).
- Aprova o estatuto da Empresa de Electricidade da Madeira. EP. (D.L. nº 30/79, de 24 de Fevereiro).



- Aprova o Regulamento Geral das Condições de Funcionamento do Sistema de Financiamento à Agricultura e Pescas (Portaria nº 131-A/79, de 23 de Março).
- Actualização da taxa de juro aplicável aos créditos a conceder aos emigrantes (Portaria nº 134/79, de 27 de Março).
- Cria uma Comissão para negociar o 4º acordo entre os EUA e Portugal ao abrigo da PL 480 (Desp. Normativo nº 64/79, de 4 de Abril).

Fundação Cuidar o Futuro

- Estabelece medidas quanto ao alargamento do regime previsto no artº 24º do D.L. nº 422/76 (Intervenção do Estado na gestão de empresas privadas) - DL. nº 74-B/79, de 5 de Abril.
- Altera o regime do sistema de poupança-crédito previsto no D.L. nº 540/76, de 9 de Julho (D.L. nº 79/79, de 9 de Abril).
- Reformula a orgânica e o funcionamento do Conselho Nacional do Plano (DL nº 84/79, de 17 de Abril).



Presidência da República

-3-

- Reestrutura o Gabinete da Área de Sines (D.L. nº 93/79, de 20 de Abril).
- Permite, durante o período de três meses, a regularização de dívidas às instituições de crédito caucionadas por títulos (D.L. nº 117/79, de 4 de Maio).
- Cria a Parageste - Sociedade Para-bancária para a Recuperação de Empresas, S.A.R.L. (D.L. nº 125/79, de 10 de Maio).

Fundação Cuidar o Futuro

- Define as sociedades de locação financeira e estabelece as normas relativas ao seu exercício (D.L. nº 135/79, de 18 de Maio).
- Regulamenta a actividade das Caixas Económicas (D.L. nº 136/79, de 18 de Maio).
- Regulamenta as sociedades de investimento (D.L. nº 137/79, de 18 de Maio).
- Estabelece normas relativas ao exercício da actividade de mediação de seguros (D.L. nº 145/79, de 23 de Maio).



Presidência da República

-4-

- Altera o regime de pagamentos de contribuições em dívida à Previdência (D.L. nº 146/79, de 23 de Maio).
- Determina que os trabalhadores bancários portugueses em serviço nas instituições bancárias existentes em Moçambique admitidos até 28 de Novembro de 1977 têm direito à integração do sistema bancário nacionalizado português, nos termos do presente despacho (D.N. nº 110/79 de 23 de Maio).
- Prorroga o prazo de utilização de um empréstimo no montante de 125.000 contos concedido à República de Cabo Verde (D.L. nº 154/79, de 29 de Maio).
- Alterações à organização das comissões de fiscalização e conselhos fiscais das empresas públicas e equiparadas (D.L. nº 169/79, de 6 de Junho).
- Regulamenta a locação financeira (D.L. nº 171/79, de 6 de Junho).
- Estabelece normas relativas a operações da Sociedade Financeira Portuguesa (Res. nº 182-A/79).



- Revisão do Estatuto da Aposentação (D.L. nº 191-A/79, de 25 de Junho).
- Revisão do Estatuto das Pensões de Sobrevivência (D.L. nº 191-B/79, de 25 de Junho).
- Aprova a tabela de vencimentos da função pública e demais melhorias e remunerações (D.L. nº 204-A/79, de 3 de Julho).
- Regulamenta a realização de despesas com obras e aquisição de bens e serviços para os organismos do Estado (D.L. nº 271/79, de 12 de Julho).
- Regulamenta a Lei nº 80/77, de 26 de Outubro - Indemnizações (Ainda não publicado).
- Cria o Fundo de Actualização de Pensões (FUNDAP) no âmbito da actividade seguradora (Ainda não publicado).



(18)

Presidência da República

4 - ADMINISTRAÇÃO INTERNA -

- Definição das condições em que o Governo pode conceder auxílio financeiro às autarquias locais afectadas por calamidades (D.L. nº 47/79, de 12 de Março).
- Disposições relativas a transferências provisórias de verbas para as autarquias locais (D.L. nº 48/79, de 12 de Março).

Fundação Cuidar o Futuro

- Criação dos gabinetes de apoio técnico às autarquias locais (D.L. nº 58/79, de 29 de Março).
- Determina a constituição de um grupo de trabalho interministerial para a determinação dos valores correspondentes às actuações que em 1979 deverão ser transferidas para as autarquias locais (D.N. nº 91/79, de 27 de Abril).
- Estabelece normas relativas às atribuições de verbas às autarquias locais para realização das operações de actualização do recenseamento eleitoral (D.L. nº 162/79, de 30 de Maio).



- Aprovação do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local - (D.L. nº 191-D/79, de 25 de Junho).
- Actualiza os vencimentos do pessoal da PSP, GNR e GF (ainda não publicado).

Fundação Cuidar o Futuro



Presidência da República

5 - JUSTIÇA -

- Reestruturação das secretarias judiciais e das carreiras dos funcionários de justiça (D.L. nº 450/78, de 30 de Dezembro).
- Sujeita a registo comercial as empresas públicas que tenham por objecto o exercício de uma actividade económica de carácter comercial ou industrial (D.L. nº 77/79, de 7 de Abril).
- Disposições quanto às providências de natureza cautelares respeitantes ao congelamento de contas bancárias, arrolamento, apreensão e proibição da disponibilidade dos bens das pessoas referidas no artº 2º do D.L. nº 313/76, de 29 de Abril (D.L. nº 130/79, de 14 de Maio).
- Reestrutura os serviços que têm a seu cargo as medidas privativas de liberdade (Ainda não publicado).
- Institui o ilícito de mera ordenação social (ainda não publicado).



Presidência da República

6 - NEGÓCIOS ESTRANGEIROS -

- Regula a concessão de passaportes diplomáticos (D.L. nº 70/79, de 31 de Março).
- Cria a Embaixada de Portugal em Pequim e respectiva secção consular (Desp. Normativo nº 61/79, de 3 de Abril).
- Altera a constituição, a competência e as regras de organização da Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE (D.L. nº 74-A/79, de 5 de Abril).
- Acordo de supressão de vistos entre o Governo de Portugal e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos - Aviso de 6 de Abril de 1979.
- Aprova o Acordo Comercial entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular de Angola (Decreto nº 27/79, de 10 de Abril).

Aprova o Acordo Especial de Cooperação no Sector Eléctrico entre os Governos de Portugal e de Angola (Dec. nº 30/79, de 14 de Abril).



- Aprova, para ratificação, o Acordo entre o Governo Português e o Governo de Marrocos, sobre supressão de vistos em Passaportes (Dec. nº 39/79, de 11 de Maio).
- Estabelece medidas visando a celebração entre o Governo Angolano e o Governo Português de um Acordo de Transportes Marítimos e de um Acordo Especial de Cooperação no Domínio dos Transportes Marítimos (Res. nº 146/79).
- Aprova o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre Portugal e Cabo Verde (Dec. nº 44/79, de 31 de Maio).
- Aprova o Acordo Relativo à Cooperação no Domínio dos Portos entre a República de Portugal e a República da Guiné-Bissau (Decreto nº 63/79, de 5 de Julho).
- Aprova, para ratificação, a convenção de segurança social entre Portugal e a Suécia (Decreto nº 66/79, de 13 de Julho).
- Cria no MNE, a Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) - D.L. nº 218/79, de 17 de Julho.



- Aprova o Acordo entre Portugal e Angola sobre a Marinha Mercante (Dec. nº 71/79, de 18 de Julho).
- Aprova o Acordo Especial de Cooperação no domínio do sector eléctrico entre Portugal e Moçambique (diploma ainda não publicado).

Fundação Cuidar o Futuro



(11)

Presidência da República

7 - AGRICULTURA E PESCAS -

- Normas relativas à cortiça produzida nos prédios rústicos - (Portaria nº 3/79, de 3 de Janeiro).
- Regulamentação do exercício da pesca para as zonas de pesca reservada (Portaria nº 36/79, de 22 de Janeiro).
- Autoriza as embarcações de pesca estrangeiras a pescarem na zona económica exclusiva portuguesa por meio de uma licença (Port. nº 41/79, de 24 de Janeiro).
- Criação da Comissão Técnica para a Cultura e Industrialização da Beterraba Sacarina (Resolução nº 40/79, de 8 de Fevereiro).
- Fixação de normas relativas ao arrendamento de campanha para o ano de 1979 e fixação da tabela de vendas máximas por hectare. (Portaria nº 80/79, de 13 de Fevereiro).

Definição dos princípios gerais orientadores da criação e funcionamento das comissões concelhias de arrendamento rural (D.L. nº 32/79, de 28 de Fevereiro).



()

Presidência da República

-2-

- Estabelece a compensação de dívidas ao Estado resultante de indemnizações devidas por nacionalização e expropriação de prédios rústicos (D.L. nº 49/79, de 14 de Março).
- Estabelece a dependência dos organismos das respectivas Secretarias de Estado do MAP (D.R. nº 8/79, de 30 de Março).
- Determina que as operações de extracção, transporte e comercialização da cortiça dos montados de sobre dos prédios nacionalizados, expropriados ou expropriáveis ao abrigo da Lei da Reforma Agrária, fiquem submetidos a controlo estadual (D.L. nº 119/79, de 5 de Maio).
- Cria, na dependência do MAP, a comissão instaladora do Instituto Nacional do Leite (Res. nº 138/79, de 8 de Maio).
- Estabelece normas relativas à produção, recolha, concentração e destino do leite (D.L. nº 138/79, de 18 de Maio),
- Torna obrigatória a primeira venda, na lota, do pescado fresco (D.L. nº 147/79, de 24 de Maio).



- Estabelece normas relativas à entrega para exploração, dos prédios nacionalizados ou expropriados no âmbito da Reforma Agrária (Portaria nº 246/79, de 29 de Maio).
- Criação, na dependência do MAP, da Comissão instaladora do Instituto Nacional da Carne. (Res. nº 168/79).
- Eleva para 13 milhões de contos o montante dos avales a conceder pelo Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária ao crédito agrícola de Emergência.

Fundação Cuidar o Futuro

- Aprova, para ratificação, a Convenção para a Futura Cooperação das Pescarias, do Noroeste do Atlântico (NAFO).
- Cria um Grupo de trabalho destinado a apoiar a indústria do concentrado de tomate (D.N. nº 131/79, de 9 de Junho).
- Normas tendentes a disciplinar a avicultura (D.L. nº 182/79, de 15 de Junho).



Presidência da República

8 - INDÚSTRIA E TECNOLOGIA -

- Aplicação dos preceitos do Código das Expropriações às expropriações para fins mineiros (D.L. nº 36/79, de 3 de Março).
- Determina que sejam incluídos no Programa de Investimentos do Sector Empresarial do Estado para 1978 os projectos da Tabaqueira, E.P..
- Define as normas, organização e funcionamento dos serviços do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial até à publicação da sua lei orgânica.
- Aprova os termos do acordo a celebrar com a Régie Renault (Resolução nº 160/79).
- Cria a empresa petroquímica de gás de Portugal - PETROGÁS (ainda não publicado).



(19)

Presidência da República

9 - COMÉRCIO E TURISMO -

- Criação de uma zona de jogo em Troia, Concelho de Grândola (D.L. nº 33/79, de 28 de Fevereiro) - Recusada a ratificação pela A.R..
- Fixa o regime de contingentação de bens de consumo durante o período que decorre de 1 de Abril de 1979 até 31 de Março de 1980.
- Regulamentação da venda ambulante (D.L. nº 122/79, de 8 de Maio).

Fundação Cuidar o Futuro

- Actualiza a competência e funcionamento do Conselho Nacional de Turismo (Decreto nº 46/79, de 5 de Junho).
- Cria o Manifesto de instalações frigoríficas (D.L. nº 205/79, de 4 de Julho).



(10)

Presidência da República

10 - TRABALHO -

- Regulamentação das condições de concessão de apoios financeiros da Secretaria de Estado da População e Emprego para criação e manutenção de postos de trabalho (Despacho Normativo nº 40/79, de 21 de Fevereiro).
- Condicionamento dos aumentos salariais constantes de instrumentos de regulamentação colectiva (18%) - D.L. nº 34/79, de 28 de Fevereiro.
 - Recusa a ratificação pela AR:
 - Resolução nº 100/79, de 14 de Abril.
- Concede facilidades e estímulos ao pagamento das contribuições em atraso ao Fundo de Desemprego (D.L. nº 190/79, de 23 de Junho).
- Disciplina e cria os estímulos à mobilidade geográfica dos trabalhadores (D.L. nº 206/79, de 4 de Julho).
- Cria um novo regime de apoio financeiro a empresas ou quaisquer outras entidades com trabalhadores ao seu serviço atingidos por catástrofes e outras ocorrências graves (Dec. nº 230/79, de 23 de Julho).



Presidência da República

II - EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

- Normas relativas ao concurso para professores efectivos dos ensinos preparatório e secundário (Portaria nº 26/79, de 18 de Janeiro).
- Integra o Instituto da Cultura Portuguesa na Secretaria de Estado da Cultura (Dec. nº 7/79, de 27 de Jan.).
- Regulamento para o concurso de professores provisórios e eventuais dos ensinos preparatório e Secundário D.L. nº 15/79, de 7 de Fev.).

Fundação Cuidar o Futuro

- Normas relativas ao ingresso no ensino superior (Portaria nº 71/79, de 8 de Fevereiro).
- Aprova o Regulamento das Bolsas de Estudo de Curta Duração no Estrangeiro. (Portaria nº 127/79, de 21 de Março).
- Altera as habilitações para a concessão do diploma de professor do ensino primário particular.
- Estabelece normas relativas ao Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base dos Adultos (D.L. nº 61/79, de 30 de Março).



- Autoriza o funcionamento do conselho científico em escolas e cursos de ensino superior em período de instalação (D.L. nº 88/79, de 18 de Abril).
- Cria o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (D.L. nº 107/79, de 2 de Maio).
- Simplifica as formalidades necessárias para a nomeação de professores do ensino de Português no estrangeiro. (D.R. nº 31/79, de 31 de Maio).

Fundação Cuidar o Futuro

- Estabelece normas sobre o funcionamento e actuação das associações de pais e encarregados de educação dos alunos dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário.
- Normas relativas à formação pedagógica dos professores de Educação Física dos ensinos preparatório e Secundário (D.L. nº 180/79, de 11 de Junho).



- Cria assessorias de plâneamento nas Universidades portuguesas (D.L. nº 186/79, de 21 de Junho).
- Cria no MEIC o Conselho Nacional do Ensino Superior (CNES) - Dec. Lei nº 187/79, de 22 de Junho.
- Estabelece normas relativas aos programas das disciplinas e áreas disciplinares dos ensinos primário, preparatório e secundário (D.L. nº 191/79, de 23 de Junho).

Fundação Cuidar o Futuro

- Cria o exame extraordinário de avaliação de capacidade para acesso ao ensino superior (D.L. nº 198/79, de 29 de Junho).



Fundação Cuidar o Futuro

- Estabelece regras quanto às condições em que os diferentes grupos de médicos habilitados com o internato de especialidades deverão ficar ligados aos estabelecimentos oficiais - (Res. nº 149/79).
- Estabelece um subsídio vitalício aos funcionários e agentes do Estado não subscritores da Caixa Geral de Aposentações (D.L. nº 134/79, de 18 de Maio).
- Regula o novo regime de horário na função pública, estabelecido pela Resolução nº 142/79, de 2 de Maio, para os diversos serviços do Ministério.

Fundação Cuidar o Futuro

- Aplica ao pessoal médico dos estabelecimentos hospitalares que se encontrem em regime de instalação o disposto no nº 1 do artº 19º do D.L. nº 674/75, de 27 de Novembro (D.L. nº 184/79, de 19 de Junho).
- Aumento das pensões actualmente em vigor para os trabalhadores agrícolas (Portaria nº 304/79, de 28 de Junho).



- Aprova o Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos (D.L. nº 212/79, de 12 de Julho).
- Estabelece que os trabalhadores que exerçam actividade principal agrícola por conta de outrem e por virtude dela sejam abrangidos no regime dos fundos de Previdência das Casas do Povo ficam dispensados do pagamento de contribuição para o regime de Previdência (Portaria nº 354/79, de 19 de Julho).

Fundação Cuidar o Futuro



Presidência da República

13 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES -

- Aprova o Estatuto laboral das Administrações e Juntas Portuárias (Ainda não publicado).

Fundação Cuidar o Futuro





Presidência da República

14 - HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS -

- Estabelece que as câmaras municipais, nos concelhos onde tenham sido criados os serviços municipais de habitação, fixem as rendas das casas de venda limitada das respectivas áreas (Portaria nº 187/79, de 17 de Abril).
- Estabelece medidas relativas à rápida aprovação de um novo regime de arrendamento urbano (Resolução nº 111/79, de 21 de Abril).

Fundação Cuidar o Futuro

- Fixa as normas sobre o sistema de financiamento às cooperativas de habitação (Portaria nº 256/79, de 2 de Junho).
- Fixa os limites do Parque Natural da Serra da Estrela (D.L. nº 167/79, de 4 de Junho).
- Extingue o Comissariado do Governo para as Zonas Clandestinas e Degradadas da Região de Lisboa (D.L. nº 225/79, de 19 de Julho).
- Regulamenta a importação temporária de equipamento para execução de grandes empreitadas de obras públicas sujeitas a concurso internacional (Não publicado).



Presidência da República

15 - COMUNICAÇÃO SOCIAL -

- Nomeação da nova Comissão Administrativa da RDP (Resolução nº 7-B/79 de 10 de Julho).
- Revogação do Estatuto da RDP e fixação de um regime transitório de excepção (D.L. nº 17/79, de 8 de Fevereiro) - Recusada a ratificação pela AR (Res. nº 82/79 de 23 de Março).
- Determina a cessação da intervenção do Estado na Empresa do Jornal de Notícias, S.A.R.L. e na Empresa de O Comércio do Porto, S.A.R.L..
- Declara a Radiodifusão Portuguesa, E.P. em situação económica difícil (Res. nº 110/79, de 21 de Abril).
- Estabelece o regime de subsídio ao papel de jornal para 1979 (D.N. nº 130-A/79, de 8 de Junho).
- Autoriza a introdução da televisão a cores em Portugal (Resolução nº 183/79, de 22 de Junho).



Presidência da República

-2-

- Torna extensiva ao estrangeiro a concessão do "porte pago" na remessa de publicações regionalistas (Res. nº 209/79, de 18 de Julho).

Fundação Cuidar o Futuro

Sistematização feita pela
Assessoria Jurídica.

Lisboa, 21 de Julho de 1979

